

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

PRISCILA DE SOUSA LOPES

**ENSINAR E INCLUIR: o uso das Salas de Recursos Multifuncionais  
e suas técnicas educativas no Ensino Fundamental e Médio**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

PRISCILA DE SOUSA LOPES



**ENSINAR E INCLUIR: o uso das Salas de Recursos Multifuncionais  
e suas técnicas educativas no Ensino Fundamental e Médio**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo UAB do Município de São José dos Campos, São Paulo, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Ms. Neron Alípio C. Berghauser.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2018



## TERMO DE APROVAÇÃO

### **ENSINAR E INCLUIR: o uso das Salas de Recursos Multifuncionais e suas técnicas educativas no Ensino Fundamental e Médio**

Por

Priscila de Sousa Lopes

Esta monografia foi apresentada às 19h30m do dia 16 de agosto de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de São José dos Campos, SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A aluna foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Ms. Neron Alípio C. Berghauser  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Fatima Menegazzo Nicodem  
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof<sup>a</sup>. Ms. Joice Maria Maltauro Juliano  
UTFPR – Câmpus Medianeira

- A versão assinada deste documento encontra-se na coordenação do curso -

Dedico este trabalho a todos os que se dedicam a fazer o melhor ao próximo, possuem um olhar diferenciado e não medem esforços para fazer a diferença na educação e contribuir com aqueles que apresentam dificuldades.

## **AGRADECIMENTOS**

Entre os agradecimentos é primordial não esquecer de Deus, a Ele toda a gratidão pelo dom da vida, os motivos inúmeros para ter fé e por me dar forças para lutar sempre e vencer os obstáculos.

A minha mãe e a meu pai, porque sem eles não seria possível chegar onde estou. Gratidão plena pelo auxílio em minha formação humana e educacional. Além disso, por sempre me apoiarem para que eu possa conquistar os meus sonhos.

Aos meus familiares, por terem compreendido a necessidade de me ausentar em alguns momentos para poder concluir esta monografia.

Ao meu orientador, professor mestre Neron Alípio C. Berghauser, pelas sugestões, orientações, correções, incentivo e apoio.

Aos demais professores, tutores, e à coordenadora do curso, por terem contribuído com mais uma etapa de conquistas de minha vida.

## RESUMO

LOPES, Priscila de Sousa. **Ensinar e Incluir: o uso das Salas de Recursos Multifuncionais e suas técnicas educativas no Ensino Fundamental e Médio.** 2018. 44p. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

A educação, enquanto prática cotidiana que busca libertar o ser humano da sua própria servidão na sociedade moderna, precisa vencer as barreiras instituídas que preterem os menos favorecidos. Neste sentido, viu-se, a partir das últimas décadas do século passado, tentativas das mais variadas para oferecer noções de igualdade de direitos à educação aos menos providos, na forma de políticas de inclusão. Por todo o planeta, vê-se surgir propostas diversificadas de inserção de pessoas com alguma dificuldade de aprendizado, no ambiente escolar. No Brasil, esta realidade não seria diferente; pelo menos, no discurso. Este trabalho teve como temática o uso das salas de recursos multifuncionais enquanto proposta metodológica de ensino como meio e suporte para a inclusão escolar e social. O seu desenvolvimento reflete o interesse em promover uma reflexão nos espaços educacionais que promovam as transformações de que tanto necessita a própria sociedade. Para tanto, parte-se da hipótese de que a qualificação dos profissionais que atuam nestes ambientes seja uma das estratégias de sucesso no atendimento educacional. Além disto, a presente investigação ressalta a necessidade de o professor das salas de recursos buscar o aprimoramento para se adaptar ao meio social do aluno e tornar-se um facilitador. Como há legislação que garante este tipo de serviço, a pesquisa também explorou tais documentos e materiais bibliográficos, os quais permitiram análises, constatações e reflexões críticas acerca da temática. Em síntese, a produção traz à tona informações relevantes sobre o ensino e a inclusão das pessoas com deficiências em escolas regulares, como prevê a legislação vigente.

**Palavras-chave:** Ensino. Inclusão. Técnicas educacionais.

## ABSTRACT

LOPES, Priscila de Sousa. **To teach and to include: use of resources classrooms and theirs educative technics in the Elementary and High School**. 2018. 44p. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Education, as a daily practice that seeks to liberate the human being from his own servitude in modern society, must overcome the barriers instituted that preach the least favored. In this sense, from the last decades of the last century, attempts have been made to offer the notions of equality of rights to education to the less favored, in the form of inclusion policies. Throughout the world, we see diversified proposals for the insertion of people with some learning difficulties in the school environment. In Brazil, this reality would not be different; at least, in speech. This work had as its theme the use of multifunctional resource rooms as a methodological proposal of teaching as a medium and support for school and social inclusion. Its development reflects the interest in promoting a reflection in the educational spaces that promote the transformations that society so badly needs. Therefore, the hypothesis is that the qualification of the professionals who work in these environments is one of the strategies of success in the educational service. In addition, the present research highlights the need for the resource room teacher to seek improvement in order to adapt to the social environment of the student and to become a facilitator. As there is legislation that guarantees this type of service, the research also explored such documents and bibliographic materials, which allowed analyzes, observations and critical reflections on the subject. In summary, the production brings to the fore relevant information on the teaching and inclusion of people with disabilities in regular schools, as provided by the current legislation.

**Keywords:** Teaching. Inclusion. Educational Technics.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>11</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>14</b>
<b>3.1 A EDUCAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>3.1.1 História da Educação .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1.2 A Educação Especial .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1.3 As deficiências e a aprendizagem .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>3.2.1 A estrutura das salas de recursos multifuncionais.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2.2 Legislação sobre a temática.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2.3 O atendimento educacional especializado .....</b>	<b>29</b>
<b>3.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>31</b>
<b>3.3.1 A qualificação para o atendimento escolar.....</b>	<b>34</b>
<b>3.3.2 Estratégias desenvolvidas .....</b>	<b>37</b>
<b>3.3.3 Possíveis ações educativas e o uso de tecnologias .....</b>	<b>38</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A presente monografia aborda temas relevantes para a reflexão sobre o ato educacional. Conforme prevê a Constituição Federal do Brasil (1988), a Educação é um direito de todos, logo, inclua-se as pessoas com necessidades especiais (BRASIL, 1988. Para que haja atendimento educacional adequado é garantido o serviço em Salas de Recursos, ambientes preparados de modo a receber os alunos e contribuir com o seu desenvolvimento social e cognitivo. A Constituição Federal de 1988, no Artigo 8º, discorre sobre a garantia de acesso à Educação de forma igualitária.

O atendimento aos que possuem necessidades especiais, historicamente chamados de pessoas deficientes, existe há um bom tempo. Pensando em Educação de Surdos, por exemplo, desde o ano de 1857, quando o professor Hernest Huet fundou o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente tem o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Aventa-se a hipótese de como tem sido o trabalho desenvolvido nas salas de recursos. O atendimento é realizado em sua totalidade e atende aos critérios previstos em dispositivos legais vigentes? São indagações que precisavam de possíveis respostas, além disso, defende-se, também, a seguinte hipótese: as ações pedagógicas estão de acordo com as necessidades especiais de cada aluno? O processo de aprendizagem é complexo, como afirma Vygotsky (2001), e o professor também é um profissional inacabado, o homem precisa estar em constante adaptação para atender as necessidades de cada período.

O objetivo geral desta monografia foi investigar o uso das Salas de Recursos Multifuncionais e buscar compreender os seus métodos ou técnicas de ensino para promover a inclusão escolar. Os objetivos específicos desta produção acadêmica são compreender a legislação vigente, discutir a qualificação profissional e refletir sobre as ações pedagógicas.

A relevância deste trabalho possui dupla dimensão: científica e social. No que concerne ao conhecimento científico, qualquer estudo que se preocupe em estudar os instrumentos e meios para o atendimento educacional do público descrito na temática é pertinente.

Esta produção acadêmica poderá contribuir com os leitores interessados no assunto porque traz informações úteis à educação de alunos com necessidades especiais, atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais. Também trata de questões pertinentes ao atendimento especializado, qualificação profissional e uso tecnológico para o desenvolvimento do indivíduo.

Para o desenvolvimento da presente monografia foram utilizadas as produções de Aranha (1996), Brandão (1993), Brasil (1988), Brasil (2009), Brasil (1996), Del-Masso (2012), Fantinato (2014), Fernandes (1966), Gil (1991), Mantoan (2015), Marastoni (2014), Moran (2007), Nóvoa (2002), Saviani (1998), entre outros relevantes à temática.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica; Gil (1991) destaca que ela permite ao pesquisador a aproximação do objeto de estudo. Foram desenvolvidas leituras críticas de livros físicos, eletrônicos e de legislações para a elaboração de uma redação consistente e também houve a produção de fichamentos das obras pertinentes ao tema.

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira a abordagem é a fundamentação bibliográfica, trazendo em seu corpo informações sobre a Educação de forma geral, história da educação, educação especial. A segunda seção trata da Sala de Recursos Multifuncionais, a sua estrutura física, o perfil do profissional para atuar nestes espaços e o atendimento educacional especializado propriamente. Com a terceira, as observações e análises reflexivas pautaram-se na qualificação profissional, as estratégias educativas e as ações pedagógicas explorando a tecnologia. Seguem, por fim, a conclusão, as referências e os anexos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Trabalhos acadêmicos precisam atender critérios determinados por instituições e também às normas técnicas, assim sendo, diz-se que seguem padrões acadêmicos. A Metodologia é diferente de técnicas de ensino. Entende-se que o uso das técnicas possibilita estabelecer relações entre o novo conhecimento e os que o aprendiz já possui. Também possibilita a abordagem do conteúdo partindo de referências. A investigação é um processo inacabado, a produção proposta é apenas um início que pode ter seus desdobramentos.

Sobre a produção de pesquisa, Gil (1991) afirma que é um procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos. Ele ainda enfatiza que a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

Del-Masso (2012) diz que a pesquisa científica existe para que se possa responder algumas dúvidas e seguir estratégias para saná-las da melhor maneira. A compreensão sobre o ato de pesquisar é o que tornará a produção algo com relevância em determinado contexto social.

O conceito sobre pesquisa é definido por diversos autores, Gatti (2007) afirma que o ato de pesquisar possui características específicas. Neste ato o pesquisador não busca qualquer conhecimento, mas algo que ultrapasse seu entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que é observada.

[...] um conhecimento que pode até mesmo contrariar esse entendimento primeiro e negar as explicações óbvias a que chegamos com nossas observações superficiais e não-sistemáticas. Um conhecimento que obtemos indo além dos fatos, desvendando processos, explicando consistentemente fenômenos segundo algum referencial. (GATTI, 2007, p. 9-10, *apud* DEL-MASSO, 2012, p. 17)

A análise daquilo que é encontrado deve ser criteriosa e ir ao encontro dos objetivos propostos, caso contrário, as informações não irão acrescentar e fundamentar o que se pretende. Como esta seção discorre sobre os procedimentos,

é importante destacar a visão de Gil (1991) sobre as qualidades pessoais do pesquisador, tendo em vista que ele as coloca como um dos elementos necessários para se fazer uma pesquisa.

Gil (1991) afirma que o êxito de uma pesquisa depende fundamentalmente de certas qualidades intelectuais e sociais do pesquisador. Estas qualidades são o conhecimento do assunto a ser pesquisado, curiosidade, criatividade, integridade intelectual, atitude autocorretiva; sensibilidade social; perseverança e paciência; entre outras.

Para discutir a questão método Fachin (2005) ressalta ser um instrumento do conhecimento. O autor enfatiza que serve para proporcionar aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral, facilitando o planejamento de uma pesquisa, além disso, colabora com a formulação de hipóteses, coordenação das investigações, realização de experiências e interpretação dos resultados. Para ele, em sentido mais genérico, método, em pesquisas, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo.

O método definido para a produção desta monografia foi o exploratório. Foram desenvolvidas leituras analíticas e explorada a questão legislativa sobre as salas de recursos multifuncionais, espaços nos quais o profissional que atua tem a função de colaborar com o desenvolvimento cognitivo de estudantes com as mais variadas necessidades educacionais especiais e dificuldades de aprendizagem.

Existem vários tipos de pesquisas para atender as necessidades do campo acadêmico. A exploração de dados *in lócus* é uma prática conhecida e demanda não apenas tempo por parte do pesquisador, mas, também engloba questões ligadas a instâncias que acabam fugindo do controle, portanto, a alternativa encontrada para a realização desta produção foi a pesquisa exploratória bibliográfica. Para realizar as leituras foram seguidas as dicas das técnicas *skimming* e *scanning*, são estratégias de leitura em língua inglesa, porém, contribuíram muito.

Severino (2017) argumenta que a primeira decisão de um leitor deve ser o estabelecimento de uma unidade de leitura e esta unidade é um setor que tenha sentido. Acreditar no apontamento de Severino (2017) é o que faz refletir ser a busca de sentido que o ser humano explora as suas dúvidas e busca possíveis respostas às hipóteses desenvolvidas. A monografia é um desafio posto àqueles que desejam evoluir academicamente e a leitura de diversos materiais faz parte deste processo.

A definição do assunto seguiu o que autores como Fachin (2005) determinam. O assunto não deve ser escolhido por acaso, mas a partir de observações da vida profissional, situações pessoais, experiência científica, apreciação sobre textos, etc. Deve-se também considerar as tendências preferenciais pelo ramo do saber e a formação acadêmica do pesquisador.

Para que seja realizado um trabalho que atenda às necessidades pessoais e acadêmicas é necessário fazer escolhas, portanto, a monografia em questão utilizou-se da pesquisa exploratória. Gil (1991) revela que estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito ou a construir hipóteses. O problema, ou seja, a dúvida aqui levantada é a seguinte: Como estão sendo utilizados estes espaços e será que os alunos estão sendo atendidos de forma ímpar? Sabe-se que para cada necessidade especial há uma técnica diferente.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 1991, p.27)

A pesquisa sobre Educação, Educação Inclusiva, Tecnologias e Sala de Recursos acabou sendo enriquecedora porque há diversas produções sobre as temáticas abordadas que elencam a produção proposta.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa foi desenvolvida explorando conteúdos disponíveis em produções de autores consagrados, legislações em vigência e em artigos acadêmicos, aos quais estão devidamente referenciados.

Em seu transcorrer estão dispostas informações relevantes sobre a Educação envolvendo um panorama sobre o tópico e a história do mesmo - recortes sobre a Educação Especial, Sala de Recursos Multifuncionais, a estrutura destes ambientes educacionais, a legislação que prevê o atendimento, paráfrases sobre a qualificação profissional, as estratégias e algumas sugestões que possam contribuir com a prática docente diária.

A distribuição dos elementos constituintes desta monografia foi realizada de modo a contemplar os reais interesses daqueles que desejam conhecer a temática e explorar os materiais disponíveis. A leitura analítica considerou várias obras a ser observadas e as que apontavam caminhos não tortuosos foram escolhidas.

A pretensão desta produção é despertar o interesse daqueles que desejam atuar na Educação Especial, diretamente nas Salas de Recursos Multifuncionais. A ação não fica resumida nestas breves páginas, a famosa luz do conhecimento continuará acessa ao longo do percurso profissional da autora desta monografia.

#### 3.1 A EDUCAÇÃO

O debate sobre o tema Educação é algo que ocorre cotidianamente. Ao tratar o assunto educação na sociedade brasileira, Fernandes (1966) aponta que em vista das condições demográficas, econômicas e histórico-sociais há de se considerar que os passos são de grande alcance, pois, em pleno regime senhorial e escravocrata o Brasil contava com um sistema de ensino aristocrático, mas altamente refinado e eficiente, para os fins sociais e culturais que tinha em mira.

A educação, por certo período, foi desenvolvida atendendo apenas às minorias. Fernandes (1966) aponta que a desigualdade econômica, cultural e social tende a fomentar condições impróprias ao aproveitamento das oportunidades

educacionais, fazendo com que as dificuldades financeiras sejam consideravelmente reforçadas pela indiferença diante da instrução ou pelo poder coercitivo variável do dever de instruir-se. O jogo de fatores extra educacionais beneficia as minorias.

Fernandes (1966) também assevera que a educação escolarizada passou por várias mudanças, desde o período colonial. Ele ressalta que o fundamental e indispensável, aprendia-se no lar ou na vida prática, pois era pelo convívio com os mais velhos e pela própria experiência que se adquiria o traquejo para desempenhar os papéis sociais inerentes às carreiras abertas aos jovens cultos das camadas dominantes. A grande massa não carecia de nenhuma espécie de educação escolarizada para ajustar-se às condições de vida imperantes.

A educação escolarizada, analisada por Fernandes (1966), é um dos quesitos que contribuem com as mudanças sociais. [...] duas transformações básicas estão ocorrendo concomitantemente: à medida que surgem condições mais favoráveis a que se elevem os problemas educacionais brasileiros à esfera de consciência social, tendem a aparecer e a consolidar-se condições mais favoráveis ao uso construtivo da educação escolarizada como fator de mudança social.

Analisar e considerar a educação como um objeto de transformação social é uma das interpretações desenvolvidas por Fernandes (1966). A discussão é interessante e vai ao encontro com o pensamento de outros autores consagrados no campo educacional. Autores como Brandão (1993), por exemplo, já apontam a Educação como um produto de construção social e as ideias parecem ser complementares.

Outro aspecto abordado por Fernandes (1966), interessante para ser observado e refletido, é que a educação se tornou um “problema social” em todas as sociedades que compartilham da moderna civilização, associada à economia de mercado, ao regime de classes sociais, à ordem social democrática, à ciência e à tecnologia científica.

O foco é a preparação do homem para atender as demandas mercadológicas e sociais. Pensar na temática é necessário para que a cada tempo sejam feitas novas reflexões, uma vez que a sociedade se transforma e o papel da escola sempre se modifica.

A educação é desenvolvida seguindo alguns padrões ou parâmetros, estes são dispositivos legais, ou seja, normas sociais pré-estabelecidas e a finalidade disto

é a oferta educacional. A primeira Lei de Diretrizes e Bases do país é datada em 1961, mais precisamente no dia 20 de dezembro, trata-se da Lei 4.024.

Saviani (1998) acrescenta que o projeto foi encaminhado à Câmara Federal em outubro de 1948, porém, somente em maio de 1957 ocorreu a primeira discussão, neste período foram realizados estudos. O projeto tinha como característica uma tendência descentralizadora. Esse espaço na história da Educação brasileira permite entender que o assunto é muito amplo e não há definições simplórias.

Embora, nos dias atuais, a Educação seja vista como uma ferramenta importante para o desenvolvimento da sociedade é perceptível que o seu surgimento não tinha interesse nenhum com a questão social, na verdade quem tinha acesso aos estudos eram as pessoas que possuíam poses.

O Artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Pensar na Educação de forma global implica em diversas questões, sejam elas sociais, econômicas, metodológicas e de formação docente.

Para Brandão (1993) a educação vale como um bem de mercado, e por isso é paga; às vezes custa caro e há muitos interesses políticos postos sobre a educação. Devido aos interesses no fazer educacional é que tem se criado grandes problemas. O grande abismo na área está centrado na falta de compreensão social e ideológica. Desde que foi criada ela vem como algo imposto, nem mesmo os professores conseguem debater a forma de fazer a prática educacional, é como se estivesse engessado, em que não é permitida a reflexão para um trabalho diferenciado.

Na sequência abre-se o olhar para questões históricas, uma vez que apenas é possível mudar o futuro se conhecer o passado e as origens de problemas controversos na sociedade.

Aranha (1996) afirma que o homem é um ser histórico, pois, suas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrenta os problemas não só da vida coletiva, como também da experiência pessoal.

A análise de Aranha (1996) pondera que a Educação mantém viva a memória de um povo e dá condições para a sua sobrevivência; por isto, ela é uma instância mediadora que torna possível a reciprocidade entre indivíduo e sociedade.



Conforme a exposição de Aranha (1996) é plausível estudar parte da história do processo educativo no país. As gerações mudam e as necessidades também, por isto, existem novos modelos da *práxis* educativa no país.

### 3.1.1 História da Educação

A referência que muitas pessoas já viram em relação ao tópico tratado apresenta como personagem principal o Marquês de Pombal. Nóvoa (2002) comenta que em termos históricos, as ações eram contadas por ordem cronológica de fatos ou coisas e este tipo recebeu muita crítica. O dado é referente ao final da década de XX. Há várias escolas, Escola dos Analles, que se caracteriza por uma oposição sobre o modo de se escrever história. Mais ligadas às questões do cotidiano e para os personagens que não apareciam no modo de escrever história de modo tradicional.

Aranha (1996) considera que a educação, como prática, precisa estar em constante abertura para a teoria, esta reflexão está na obra por observar as atitudes e o pensamento, conforme a autora é o vaivém entre o agir e o pensar que dinamiza a ação, evitando as formas esclerosadas da ideologia.

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. (BRANDÃO, 1993, p.4)

Na questão da liberdade educacional é preciso que haja reflexão sobre as questões legais no tocante ao tema. A Lei de 1827 criou as primeiras escolas para meninos e meninas. No caso brasileiro não há generalizações sobre a perspectiva da história. O ato adicional de 1834 fala sobre a organização e qualificação docente, tratando da organização do ensino primário e formação dos professores. Em 1893 criam-se os grupos escolares, tendo sido o estado de São Paulo o pioneiro neste sentido. De acordo com Aranha (1996), na época de seu lançamento, o Ensino

Médio se configurava extremamente seletivo, sendo necessário que o candidato passasse por um exame de admissão. Neste caso, o nível de exigência era alto, e havia elevados graus de reprovação.

Brandão (1993) ilustra que o marco do ponto de vista legislativo para o ensino secundário foi a reforma Francisco Campos, em 1931, que organizou o nível de ensino estabelecendo o registro de professores junto ao Ministério da Educação e permitiu a instalação de instituições. Favoreceu a expansão de escolas particulares.

Em 1942 ocorre a renovação no ensino secundário, quando se dá a reorganização em dois ciclos. Em especial na década de 1950 as escolas secundárias passam por forte expansão e o significado do nível de ensino vai se transformando e perdendo o caráter elitista, tornando-se mais acessível, seja por instituições públicas ou particulares, entretanto, o acesso às escolas ainda não era disponível a todos.

Conforme Aranha (1996), em 1961, com a primeira LDB, passa a haver uma lista de disciplinas. Apenas com a LDB de 1971 é que passa a utilizar as denominações primeiro e segundo grau. Também ocorre neste mesmo período a criação do caráter técnico ao segundo grau. A estrutura do sistema educacional permanece até a LDB em 1996, que altera primeiro grau para ensino fundamental, segundo grau passa a ser chamado Ensino Médio, uma grande alteração é pensar o Ensino fundamental e Médio como etapas da educação básica, incluindo a Educação Infantil, que até então não tinha caráter de obrigatoriedade.

Com a realização de leitura crítica de diversas obras foi encontrada a informação de que em termos de história específica da Educação seja recomendado o estudo sobre a constituição da escola no Brasil desde o século XIX até os dias atuais. Um ponto a ser destacado na história da educação no país é a crença de que não se poderia ensinar os mesmos conteúdos aos meninos e meninas. Aranha (1996) ilustra que com o passar dos tempos aparece a denominação Coeducação, no qual ensinava-se todos juntos para que houvesse respeito às diferenças.

A ideia de separação de meninos e meninas, segundo Aranha (1996) são de caráter moralista e religioso, diziam que a pureza das meninas ficaria ameaçada. Além disso, havia a questão do problema biológico, as meninas não são capazes de aprender como os meninos. Entretanto, a partir do momento que passa a ter desenvolvimento das crianças dentro do sistema de ensino passaram a haver

peças a favor das classes mistas, justamente para eles não crescerem com ideias preconceituosas com o sexo oposto.

Outro argumento de fundo econômico na instauração das classes mistas é que quando há turmas separadas, duplicam os custos de manutenção da educação. Brandão (1993) destaca que a educação está presente na imaginação das pessoas, faz parte de uma ideologia de grupos sociais e a missão desta dita educação é a contribuição para que o sujeito se transforme e modifique o meio. Para o autor não há nada de função social quando falam em Educação, para ser mais exato, Brandão (1993) enfatiza que a Educação não deve ser corrompida por interesses e controles sociais.

### **3.1.2 A Educação Especial**

A escola é uma instituição democrática e o livre acesso a todos é uma prerrogativa da Lei. A abordagem aqui traz ao conhecimento algumas informações relevantes destacadas por Brasil (1988), Delou (2008), Ferreira (1998), Mantoan (2015), Saviani (1998), Saviani (1998, p. 217), Declaração de Salamanca, entre outros.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB – 9.394/96, por exemplo, é composta por três artigos nos quais estão determinações sobre a Educação Especial. Como o objeto de estudo em questão são escolas da rede pública, o artigo 58 recebe destaque. Ele diz que o atendimento educacional deve se dar, preferencialmente, na rede regular de ensino, determinando a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado (parágrafo primeiro). O artigo prevê o recurso a classes, escolas ou serviços especializados e ainda destaca que quando não for possível a integração nas classes comuns a oferta se dará em locais específicos. O essencial é a garantia do atendimento.

O artigo 59 deve receber um olhar mais analítico. Ao se falar em Educação Especial é necessário também compreender que a lei não garante o atendimento e o apoio apenas aos que apresentam dificuldades decorrentes de suas necessidades. Este artigo traz a informação da garantia da terminalidade específica para os que não possam chegar ao nível regular de conclusão do ensino fundamental e

aceleração dos superdotados para que possam concluir em menor tempo o programa escolar.

A LDB pondera que as unidades escolares devem oferecer professores preparados para atendimento especializado, assim como professores do ensino regular capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns, educação para o trabalho e igualdade de acesso aos programas sociais disponíveis no ensino regular. A reflexão sobre o referido artigo é uma ação pessoal e urgente, entretanto há necessidade de revisão textual, uma vez que não se possa utilizar o termo “portadores”, as necessidades não são objetos momentâneos, logo, não há porte de algo.

O avanço na questão do atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais é ressaltado por Saviani (1998). O autor enfatiza que a LDB 9394/96 representou uma transformação sob este aspecto, pois, recebeu um capítulo específico tratando do referido assunto. Em comparação com a LDB 5.692/71, na qual o tema foi regulamentado somente no artigo 9º do capítulo I, que trata das disposições comuns ao ensino de primeiro e segundo graus, percebe-se que a nova legislação reflete uma preocupação mais concisa acerca das necessidades especiais.

Abordar a Educação Especial é propor um processo de reflexão sobre as formas e ações de inclusão escolar. Conforme dados no PNE (Plano Nacional de Educação), desde 1988, o que se percebe nas escolas é um verdadeiro inchaço. As constatações estatísticas permitiram aos seus responsáveis apontar o aumento de pessoas com deficiências nas escolas como um processo crítico, tendo como ponto de partida ações não inclusivas, mas, pelo simples cumprimento de determinações legais.

Mantoan (2015) afirma que a inclusão é uma ação necessária à melhoria das condições da escola de modo que nela possam formar gerações mais preparadas para levar a vida na sua plenitude, logo, considera-se a formação de indivíduos sem preconceitos, sem barreiras, com o diferente.

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem de fato a educação acontecer. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos,

pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e suas responsabilidades educacionais”. (MANTOAN, 2015, p. 38)

Para Delou (2008) discutir as questões da Educação Especial e da Educação Inclusiva no cenário brasileiro atual é tarefa complexa, mas necessária. Esta ação reflexiva considera diversas vertentes que a temática tem assumido nos variados contextos.

O acesso à Educação está garantido na Constituição Federal de 1988. No Artigo 8º há explanação sobre o acesso à Educação de forma igualitária. Autores como Mazzillo (2008) destacam a relevância do tema inclusão escolar e destacam não se limitar apenas à população dos “portadores de necessidades educacionais especiais”. Os que precisam de atendimento especializado necessitam de apoio. A inclusão educacional não é somente um fator que envolve essas pessoas, mas também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais humana.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei número 13.146 de 06 de julho de 2015, é um documento base para a discussão deste tema. Nele encontram-se observações que consideram ser de total relevância fazer com que as famílias, professores, e toda sociedade civil devam respeitar estes cidadãos e apoiá-los. Somente desta forma será possível contribuir para que eles possam usufruir dos mesmos direitos civis da parcela populacional dita “comum”. O artigo 4º deste documento afirma que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade e não sofrerá qualquer espécie de discriminação. Para que a lei seja efetiva a sociedade tem de cumprir suas obrigações sociais, e até mesmo humanas.

Ao falar dos direitos educacionais, é possível lembrar o artigo 27 da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. O dispositivo legal aponta que a educação constitui direito da pessoa com deficiência e este público tem assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas.

A Declaração de Salamanca, idealizada no ano de 1994, apresenta os princípios, as políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais e

assegura que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. Este documento também serviu para dar apoio aos cidadãos que apresentavam alguma necessidade especial, tida na época como deficiência. Além deste respaldo, há a Lei 13.146 de julho de 2015. O capítulo II da referida lei trata da igualdade e não discriminação e o artigo 8º, prevê que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência a efetivação de direitos, entre eles, à educação.

O capítulo IV trata especificamente do Direito à Educação e o artigo 27 da referida lei diz que a educação constitui direito da pessoa com deficiência. O sistema educacional inclusivo, de acordo com o documento, deve ser assegurado em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. O objetivo de um sistema que permite o processo inclusivo é fazer com que o aluno possa alcançar, ao máximo, o desenvolvimento de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, ou seja, o espaço escolar deve estar preparado para o atendimento igualitário.

Fundamentada nos marcos legais e princípios pedagógicos, da igualdade de condições de acesso à participação em um sistema educacional inclusivo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) define a Educação Especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular. (BRASIL, 2012, p.05)

Em síntese, é totalmente compreensível que a Educação Especial seja um tema que deve ser tratado com respeito, profissionalismo e dignidade. Há vários dispositivos legais que garantem, inclusive, a qualidade do atendimento educacional. As ações em prol do processo educativo inclusivo, de qualidade e igualitário, devem ser contínuas e as famílias também precisam apoiar a práxis.

### **3.1.3 As necessidades especiais e a aprendizagem**

Atualmente, não se usa mais o termo deficiências; entretanto, esta terminologia fora utilizada durante décadas e na sociedade contemporânea o politicamente correto é a adoção dos dizeres necessidades especiais. A análise de documentos sobre a aprendizagem e as pessoas com “deficiências” permitiu compreender o processo do desenvolvimento do ser humano de modo global.

Antunes (2001) enfatiza que a aprendizagem é uma operação neural. Para ele, não existe consenso sobre o processo de construção da aprendizagem significativa pelos neurônios, no qual as diferentes e múltiplas inteligências são estimuladas. O autor destaca que aprender nada mais é do que estabelecer conexões, descobrir significados, fazer associações entre emoções e experiências.

A aprendizagem é um processo e se dá diante de diversas perspectivas. O meio em que o indivíduo está inserido também corrobora com o seu desenvolvimento intelectual. Quando o assunto é intelectual a análise sobre a aprendizagem recebe uma forma de tratamento, se a necessidade especial for física o professor terá de desenvolver um currículo que atenda as necessidades do aprendiz, se for visual, auditiva, etc, assim por diante. Para cada aluno há uma forma de trabalhar e isto é definido pelo profissional da Educação Especial.

Tratando-se do termo ‘aprendizagem’, os teóricos contemporâneos trazem ao campo de discussão o conceito de dificuldades de aprendizagem. Qualquer indivíduo pode apresentar determinada habilidade ou a falta dela em questões linguísticas, biológicos, lógicas, etc. O desenvolvimento cognitivo dos alunos com necessidades especiais certamente irá apresentar dificuldades pontuais.

Bossa (2000) considera que uma criança pode não aprender porque seus pais, na tentativa de acertar, erraram por não estabelecer regras e limites. Desta forma, não possibilitaram que a criança aprendesse a ser disciplinada, condição essencial ao trabalho intelectual. Além disso, enfatiza que uma criança pode ter um problema de saúde que atrapalha sua aprendizagem escolar.

Bossa (2000) afirma que muitas crianças sofrem em certos momentos de suas vidas na escola e algumas passam por este sofrimento no primeiro dia de aula. Existem vários fatores que podem contribuir com a aprendizagem ou atrapalhá-la.

Sobre a questão da aprendizagem há vários autores que a consideram como um processo, o qual reúne diversos fatores. Vygotsky (1991) enfatiza que a aprendizagem depende do desenvolvimento, entretanto, o curso deste desenvolvimento não é afetado pela aprendizagem que se aprende. O

desenvolvimento tem que cumprir determinados ciclos antes da instrução poder começar.

É possível comparar a visão de Vygotsky (1991) com a obra de Bossa (2000), porque tratam da análise de que o processo de conhecimento é uma revelação de aprendizado. Para Bossa (2000) tudo que é explorado pode ser aprendido e compreendido pelo indivíduo. Por este motivo é que se fez necessária a citação, porque entende-se que qualquer desenvolvimento do aprendiz com necessidades especiais torna-se extremamente significativo a quem trabalha com o atendimento especializado.

O profissional da Sala de Recursos, por exemplo, para que possa estimular a aprendizagem de um aluno surdo, diga-se em uma situação hipotética, é preciso que conheça a estrutura da língua de sinais, compreenda as modalidades e ofereça ao aluno/aprendiz conteúdos que possam ir ao encontro daquilo que possa ser aceito pelo estudante. Pensemos em aulas de Língua Portuguesa: o profissional necessita desenvolver uma sequência de atividades para atingir os objetivos propostos de aprendizagem, neste caso, a aquisição e domínio de uma segunda língua, pois, a primeira língua dos surdos é a Língua de Sinais.



### 3.2 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Nessa seção há informações sobre o ambiente denominado Sala de Recursos Multifuncionais, a legislação pertinente à temática e o atendimento propriamente dito. Para o desenvolvimento desta sequência a pesquisa exploratória considerou dispositivos legais, ou seja, as leis que estão em vigor, a Declaração de Salamanca, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, entre outros.

O cenário da Educação Brasileira, sim, tratada como um substantivo próprio e com o merecimento de letras iniciais maiúsculas, é bastante complexo e basta leitura em periódicos para verificar que não há garantia de direitos educacionais em todos os municípios do território. Discutir Educação Inclusiva no Estado de São Paulo é pisar em terreno fértil, porque há trabalhos profícuos e profissionais que lutam por aqueles com necessidades especiais.

O apontamento é extremamente relevante porque a pesquisa foi concebida neste estado. Conforme a publicação do site oficial do Governo do Estado, as ações para tornar o ensino acessível são constantes. O objetivo não é realizar propaganda política, apenas trazer as informações.

Conforme a publicação no site do governo, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, dados do Ministério da Educação – MEC – em setembro de 2016, o estado ocupou o topo do ranking nacional nos três ciclos. A avaliação do índice é realizada nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Diante do exposto, torna-se mais relevante ainda o desenvolvimento desta monografia, apresentando questões importantes sobre o atendimento educacional em salas de recursos.

Para saber, oficialmente, como as salas de recursos multifuncionais estão e/ou deveriam estar equipadas foram observadas as publicações no endereço

eletrônico do Governo do Estado. Segundo as publicações de responsabilidade estatal estes espaços possuem impressoras para ampliação de livros e máquinas de Braille, os estudantes podem utilizar computadores com softwares adequados às diferentes necessidades especiais, os alunos contam com o acompanhamento de profissionais especializados.

De acordo com a Nota Técnica número 11/2010, do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, na institucionalização da Sala de Recursos Multifuncionais, compete aos sistemas de ensino prover e orientar a oferta do AEE nas escolas urbanas, do campo, indígenas, quilombolas, na modalidade presencial ou semipresencial.

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas da rede pública é efetuada sem prejuízo das parcerias da Secretaria de Educação com os demais órgãos responsáveis pelos serviços de saúde, trabalho, assistência e outros que têm por finalidade o acesso a recursos e atendimentos clínicos e terapêuticos, às atividades ocupacionais e de recreação, a programas de geração de renda mínima, entre outros.

### **3.2.1 A estrutura das Salas de Recursos Multifuncionais**

A discussão sobre a questão estrutural está dividida em duas perspectivas, a primeira é o ambiente físico e a segunda é o aporte ao atendimento, ou seja, os recursos humanos disponíveis para a garantia do serviço. As Salas de Recursos em escolas de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, são os locais onde se desenvolvem os Atendimentos Pedagógicos Especializados (APE).

A realização dos atendimentos nestas salas segue alguns padrões. Os espaços contam com infraestrutura para o desenvolvimento cognitivo de alunos com laudos de surdez, Transtorno do Espectro Autista – TEA, deficiência intelectual, física e visual.

Em termos de estrutura material para colaborar com o desenvolvimento dos alunos, estas salas precisam ter à disposição ábacos versáteis, alfabeto móvel, bandinha rítmica, caixa tátil, dominó com textura, dominós em Libras, dominó de associação de ideias, dominó de frases, esquema corporal, material dourado, memória de numerais, memória tátil, plano inclinado - suporte para leitura, quebra-

cabeça sobreposto (sequência lógica), sólidos geométricos, software de comunicação alternativa e aumentativa, tapete de alfabeto encaixado, coleção de literatura em Libras, armário, cadeira giratória, cadeira para mesa redonda, entre outros.

A composição das Salas de Recursos Multifuncionais teve modificações ao longo dos anos, conforme descreve o documento que regulamenta o serviço, de 2005 a 2012 as mudanças da composição foram feitas com vistas ao atendimento das demandas dos sistemas de ensino. Neste documento também estão dispostas as informações sobre as especificações técnicas dos aparelhos tecnológicos e mobiliários que precisam estar à disposição nas Salas de Recursos.

### **3.2.2 Legislação sobre a temática**

Para discutir a Educação Especial no Brasil é possível explorar a Política Nacional da Educação Especial, cujo teor apresenta instrumentos e orientações legais na perspectiva da Educação Inclusiva. O documento é de 2007, do Ministério de Educação e Cultura (MEC), e discorre sobre decretos e resoluções, em especial a resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Refletir sobre as questões legais é uma ação que contribuiu para entender o papel do profissional que atua nos espaços direcionados ao exercício da Educação formal. Esta atitude também serve para que o docente conheça suas obrigações e possa trabalhar da melhor forma possível, estando alicerçado em parâmetros e dispositivos legais que outorgam direitos e deveres tanto aos estudantes quanto aos profissionais que trabalham nesta área.

O artigo 1º da Resolução 4, determina em que níveis deverá ser ofertado o ensino na forma de Atendimento Especial. Importante atentar para a deliberação de que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular. Em casos em que não há oferta do serviço, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve se concretizar em Centros de AEE da rede

pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Toda a base da discussão, nesta seção, é alicerçada em questões legais, portanto, faz-se uma explanação com a intenção de corroborar com o processo de estudo docente. No 2º artigo é encontrada a definição e função do AEE e tem a função complementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias. Todos os esforços a serem feitos têm como único e estrito objetivo a aprendizagem eliminando o máximo possível de potenciais barreiras técnicas e culturais.

As documentações servem para que a sociedade cumpra com determinadas obrigações e ofereçam o serviço de forma adequada. Esta resolução define quem é o aluno a ser considerado o público-alvo do AEE. Como exemplo, tem-se que, são considerados alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Podem tratar-se também de alunos com transtornos globais do desenvolvimento, os que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se neste mesmo rol, as crianças com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos sem outra especificação.

Fazendo uma análise do citado dispositivo legal, fica nítido que as determinações estão previstas apenas em um documento formal, porém, para que a ação pedagógica se complemente, é necessário que os profissionais da Educação, não apenas professores, recebam o apoio de distintos setores sociais.

O trabalho em Salas de Recursos Multifuncionais é complexo e para normatizar quem pode estar neste ambiente há orientações na resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica (CNE/CEB). A resolução nº 04/2009 enfatiza que o educador deve ter formação inicial que o habilite ao exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Ele deve ter como base, tanto na formação inicial como na continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência, além de conhecimentos específicos da área.

Segundo a Declaração de Salamanca, muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. As escolas e os profissionais da Educação devem buscar formas de educar tais crianças. Estas formas é que não

estão claras, uma vez que o atendimento educacional especializado deve considerar, em suma, a individualidade em si e partir dela para o contexto de ensino a ser trabalhado.

A Unesco (1994) afirma que crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) devem ter acesso às escolas regulares. As unidades escolares é que devem adequar-se; para isto, desenvolver uma pedagogia centrada na criança, algo que seja capaz de ir ao encontro das necessidades dos aprendizes.

A Lei nº 13.146, em seu artigo 1º, diz que ela é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Existe a lei e é necessária a ação social para que se concretize a legislação vigente.

O capítulo IV, este trata do Direito à Educação, e o artigo 27 da referida Lei, que diz que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, ou seja, o espaço escolar deve atender o interesse dos estudantes com necessidades especiais.

Algo que deve ficar bem claro para as famílias é que a Lei a considera, em primeiro lugar, como dever dela também, além do Estado, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar educação de qualidade. A mesma também descreve sobre a disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado. Chamar a atenção da família é uma necessidade, pois, há pais ou demais familiares que não cumprem o seu real papel em casa, excluindo os cidadãos. Não se pode limitar à escola a função educacional global, a instituição é responsável pela educação formal.

### **3.2.3 O atendimento educacional especializado**

Este tipo de atendimento nas unidades escolares é regulamentado, há legislação específica e os familiares devem exigir os direitos daqueles que não conseguem se desenvolver cognitivamente. Além do desenvolvimento educacional,

o foco é também a promoção da possível interação social. A sugestão para este trabalho é explorar as habilidades dos aprendizes, para tanto, os profissionais que atuam na área devem realizar este trabalho da melhor forma possível, buscando qualificação e atualização contínuas.

O artigo 5º da Política Nacional da Educação Especial ordena que o AEE deve ser realizado em sala de recursos multifuncionais da própria escola. Somente é aceito como opção de atendimento externo, em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado, em casos específicos.

Continuando a análise da Resolução da Política Nacional da Educação Especial, o artigo 12 traz exigências quanto à atuação do AEE. Para tal, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Já o artigo 13 trata das atribuições do professor do AEE, as quais são: identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos alvo da Educação Especial, elaborar e executar o Plano de AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos necessários.

No caso do Estado de São Paulo, para atuar em Salas de Recursos a Resolução SE 68, de 12/12/2017, a qual dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino, o artigo 18 diz que os docentes e os demais profissionais que atuam em atendimento a alunos público alvo da Educação Especial, seja em espaços específicos ou em classes regulares, deverão participar das ações de formação continuada desenvolvidas pela unidade escolar ou promovidas por órgãos da Pasta. O artigo 19 especifica quem pode atuar no Atendimento Educacional Especializado, exigindo ao docente ter formação na área da deficiência, do transtorno do espectro autista, das altas habilidades ou superdotação, cujas aulas serão atribuídas de acordo com a legislação que disciplina o processo anual de atribuição de classes e aulas, desde que devidamente inscrito e classificado.

São várias as documentações sobre os serviços especiais. A Nota Técnica número 11/2010 aponta uma série de atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, entre elas estão: a elaboração, execução e avaliação do

Plano de AEE do aluno, este também precisa programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola; produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam.

A conclusão desta seção permitiu observar questões legislativas e práticas sobre o ambiente Sala de Recursos Multifuncionais. Estes espaços precisam estar cada vez mais preparados para receber alunos com as mais distintas necessidades especiais e os profissionais que desempenham o papel de professor especialista precisam estar sempre disponíveis e com interesse em auxiliar o próximo.

### **3.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

A compreensão sobre as necessidades profissionais para o ensino de pessoas com necessidades, teve contribuições de Libâneo (1999), Marastoni (2014), Nóvoa (2002) e Tardif (2010), partindo-se do pressuposto de que não há como tratar de atendimento educacional sem fazer análises referentes ao preparo para o exercício do ofício.

As escolas têm como função social, atender qualquer indivíduo, não pode promover a exclusão, não é um ato de cunho político, mas de igualdade social. O objetivo educacional é a preparação do aluno para o mercado de trabalho e vida social, assim ilustrado por Mantoan (2015).

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem de fato a educação acontecer. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e suas responsabilidades educacionais. (MANTOAN, 2015, p. 38)

Pela especificidade de sua formação profissional, espera-se que todo professor seja capaz de desenvolver competências para debater o assunto e

retomar este famoso “poder”. A visão positiva é realmente uma oportunidade ímpar para que o profissional promova a sua própria reciclagem.

Segundo Vygotsky (2001) o indivíduo não pode ser entendido como forma acabada, mas uma permanente e fluente forma dinâmica de interação entre organismo e meio. Partindo deste pensamento é possível compreender que estar em sala de aula é uma atividade profissional sem rotina. Há vários indivíduos com as mais diversificadas necessidades que nem sempre são de cunho da Educação Especial. Esta área sempre tem mudanças e, para Nóvoa (2002), qualquer transformação só se concretiza por meio dos professores e da sua formação continuada.

Conforme a Declaração de Salamanca, a diferença agrega benefícios, porque quando o professor percebe a diferença atende o aluno da melhor forma possível. A escola em geral segrega este aluno e dá lugar ao preconceito, tira ele do meio.

Diferença gera a indiferença e durante o processo de formação o futuro profissional docente já deve ter em mente que no ambiente escolar ele irá se deparar com o diferente daquilo que é dito “normal”. Este também precisa desvincular-se da visão de que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho apenas e também à prática social. Tardif (2010) expressa sua visão acerca desta ideia afirmando que:

Os cursos de formação para o magistério são globalmente idealizados segundo um modelo aplicacionista do conhecimento. Os alunos passam um certo número de anos a assistir aulas baseadas em disciplinas e constituídas de proposicionais. (TARDIF, 2010, p.270)

A reflexão sobre a práxis pedagógica é essencial, pois, estes anos que os alunos passam no ambiente acadêmico são diferenciados daquilo que irão encontrar nas escolas (públicas ou privadas), por exemplo.

O professor é um profissional que ajuda no desenvolvimento pessoal intersubjetivo do aluno. É um facilitador do acesso do aluno ao conhecimento, hoje o professor é um mediador do conhecimento, o aluno tem a informação e esta informação precisa ser transformada



em conhecimento. Por conta das inúmeras transformações é fundamental a formação do professor para cumprir sua atuação com qualidade. (LIBÂNEO,1999, p.262)

A Educação Básica tem por finalidade desenvolver no educando o pleno exercício da cidadania o professor deve pensar na diversidade da realidade escolar, da comunidade e respeitar a individualidade. É importante trabalhar em sala de aula as relações, fazer com que eles se interajam, colaborem uns com os outros.

Quando o aluno passar a obter a maior gama de informações possíveis a respeito do assunto trabalhado ele conseguirá atribuir sentido e dará valor àquilo que recebe. A pesquisa é fundamental para o aprender a conhecer, apenas desta forma o aprendizado lhe fará sentido, aprender a ser (desenvolver os valores, isto é alcançado com a afetividade), e aprender a viver juntos - a convivência é fundamental, eles transmitem a tolerância e o respeito.

Segundo a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) a Educação Especial deve tratar as pessoas de forma muito mais humana e fazer com que as pessoas se sintam inclusas. A legislação considera a função social da escola a ser cumprida e destaca como responsável por este processo o professor, ou seja, lhe atribui papel específico para a inclusão social escolar.

De acordo com a LDB estes alunos terão as seguintes garantias: o artigo 59 prevê que esse aluno terá currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos. Esta informação merece ser destacada em diversos pontos para que o docente a fixe na mente e desenvolva seu trabalho pautado em qualidade no atendimento educacional.

É extremamente necessário estar apto para atender a demanda que está cada vez mais crescente. Os alunos com necessidades especiais precisam ser atendidos de forma plena. A prática das atividades matemáticas são atividades cognitivas que podem ser realizadas de forma prazerosa, basta o professor oferecer estratégias que possam auxiliar o aluno.

Delou (2008) faz um convite para reflexão porque é um fato no cenário educacional e tem-se inúmeras necessidades. A Constituição Federal de 1988, no Artigo 8º, determina a garantia de acesso à Educação de forma igualitária e as análises sobre o mesmo são enriquecedoras quando se parte para o campo prático.

Prestes (2015) sugere quatro dimensões permanentes para a formação docente, sendo as seguintes: interatividade, coerência, responsividade e executável. A interatividade é a relação professor e aluno que se atualiza e constitui em sala de aula, a coerência é revelada na atitude e prática docente que viabilizam o aprender do aluno. A responsividade é quando o docente está em comunhão com as propostas da instituição, já a dimensão executável é a viabilidade das condições de trabalho proporcionada pela instituição ao professor para que execute a sua prática pedagógica.

O que é permissível compreender ao realizar a produção deste capítulo é a real necessidade de formação contínua, como é apontada por diversos autores que tratam a formação docente. Entre as práticas diárias cabe a cada um estudar o seu aluno e oferecer-lhe meios que contribuam com o desenvolvimento cognitivo de forma plena. Infelizmente não há como garantir nada, o que se pode fazer é ofertar e esperar melhores rendimentos.

### **3.3.1 A qualificação para o atendimento escolar**

Na LDB 9394/96 (BRASIL, 1988) há informação de que o professor deve pensar na diversidade da realidade escolar, da comunidade e respeitar a individualidade. É importante trabalhar em sala de aula as relações, fazer com que eles se interajam, colaborem uns com os outros. A mesma legislação ainda preconiza, no parágrafo único do art. 61, que a formação dos profissionais da educação se dará “de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica”. Entretanto, não tem se visto um processo de formação continuada para que os alunos com as mais variadas diversidades sejam atendidos de forma plena.

Fantinato (2014) afirma que para haver a aprendizagem, o professor precisa ensinar, os conteúdos precisam ser integrados para que o aluno entenda que aquilo é fundamental para as demais áreas e para a sua vida, tornar algo significativo.

Fernandes (1966) revela que perguntar se os educadores possuem uma ideologia no passado a pergunta poderia ser mal vista e ainda na atualidade acaba sendo mal interpretada, entretanto, o questionamento leva a questões cruciais e a

tarefa de educar o educador tende a tornar-se extremamente difícil, complexa e incerta.

[...] A situação atual exige uma nova espécie de preparação do educador para seus papéis sociais, para que ele não seja reduzido à condição de mero instrumento, no entrelaço de interesses e conflitos sociais, que operam além e através das funções preenchidas pela educação sistemática na ordem social estabelecida. [...] a antiga concepção missionária da natureza dos papéis sociais do educador deixou de corresponder às exigências educacionais do mundo moderno. (FERNANDES, 1966, p. 545)

A qualificação profissional não deve e jamais retornará às limitações técnicas que ocorriam em outras épocas. Os professores e demais trabalhadores do ramo estão atendendo novas realidades, uma vez que a escola tenha novos papéis na sociedade.

Sabe-se que existe um grande número de deficiências, cada qual com as suas devidas especificidades. Ribeiro (2010, p.08) afirma que: “[...] as deficiências não podem ser tratadas genericamente, há que se levar em conta a condição que resulta da interação da pessoa com o seu ambiente”. Neste caso, é importante que a escola se informe sobre as especificidades das deficiências atendidas e sobre os meios adequados para fazer com que o educando encontre no ambiente escolar um contexto que proporcione aprendizado e crescimento nos aspectos afetivo, social, cognitivo e psicomotor, sem discriminá-lo por possuir seu próprio tempo e ritmo de aprender.

As exigências para trabalhar como AEE são várias, o artigo 12 aponta que para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Em termos de atribuições, estas são descritas no artigo 13.

Vygotsky (2001) afirma que o sujeito com deficiência aprendia e se desenvolvia como qualquer outro sujeito, a partir das relações interpessoais, porém, por caminhos diferentes e isto é completamente benéfico, pois, o indivíduo aprende, o que muda é apenas o processo ou parte do mesmo. A compreensão desta observação é algo que pode tornar-se gratificante. Uma vez que o aluno com necessidades especiais sistematiza um ensinamento pode ser um dos sinais do bom trabalho que vem sendo desenvolvido. A aprendizagem como um todo faz parte de um processo complexo.

Tudo no homem pode ser educado e reeducado sob uma correspondente interferência social. Neste caso, o próprio indivíduo não pode ser entendido como forma acabada, mais como uma permanente e fluente forma dinâmica de interação entre organismo e meio. (VYGOTSKY, 2001, p. 284)

O pensamento de autores considerados autoridades no assunto, está sendo incluído aqui por vir ao encontro das proposições. Entender que o ser humano, seja aquele que possua algum tipo de deficiência ou não, é um trabalho único. O professor passa a ter um novo papel, é considerado então transmissor/produzidor de educação e reeducação, mediando o conhecimento acumulado pela humanidade aos outros sujeitos da espécie humana. A proposta é levantada considerando o sujeito com deficiência no contexto da escola comum. A ideia é que estas pessoas podem ter a possibilidade de ser educado e reeducado por meio da interação, assim, passa a aprender de maneira diferente e enriquecedora por ter contato com a diversidade linguística, cultural e social.

Vygotsky (2001) parte do pressuposto que o importante ao pedagogo era conhecer a peculiaridade do caminho pelo qual deve conduzir a criança. Em suas avaliações o autor levava em conta que a criança com deficiência poderia obter o mesmo desenvolvimento que o considerado “normal”, porém as crianças especiais alcançam de modo distinto, com outros meios, e para o pedagogo é importante conhecer. Quanto mais se tem informações mais sucesso será a aplicabilidade das ações profissionais.

O professor da atualidade é tratado praticamente como um médico generalista e os profissionais que atuam em salas de recursos acabam entrando neste “filão”, uma vez que são especialistas, porém, dedicaram seus estudos em alguma deficiência específica, assim como realizam os médicos. O campo educacional, assim como a medicina, também merece o respeito e tratamento digno. Profissionais de educação também lidam com vidas e a sociedade necessita de pessoas competentes em suas funções.

A transformação das práticas pedagógicas em sala de aula precisa acontecer para que o aluno seja favorecido. Talvez, desenvolver propostas que aliem

estímulos, sejam quaisquer forem, pode servir como meio para a busca ativa de conhecimento.

A concepção educacional mudou conforme as necessidades do século, do mundo capitalista e das formas de pensar e avaliar o que nos cerca. Analisando a formação docente, pode-se afirmar que é um processo longo e duradouro, tanto é que tão assunto possui tamanha relevância nacional que o PNE (Plano Nacional de Educação) traz quatro, das 20 metas, aos professores.

O PNE apresenta várias questões direcionadas à qualificação profissional, o documento prevê formação continuada e para que os professores possam dedicar-se ao ofício ele também trata da valorização do profissional e plano de carreira.

Conforme a análise feita pelos responsáveis do PNE, além das questões relacionadas ao ambiente universitário, a falta de diálogo com a realidade da escola é outro fator de dificuldades para os professores recém-formados que ingressam nas redes de ensino. Existe um distanciamento entre o real e as expectativas individuais.

O perfil deste profissional vem se emoldurando conforme as necessidades mercadológicas, políticas e filosóficas. Educar não é apenas um ato social e sim político. Tanto é que se faz e refaz políticas educacionais. Os professores do século XXI não devem ser uma reprodução do século passado. Os alunos sabem lidar com os meios tecnológicos e nós devemos nos apropriar desta linguagem para podermos auxiliá-los no processo de aprendizagem. Ainda não descobriram, por exemplo, que o celular pode ser um aliado nos estudos.

### **3.3.2 Estratégias desenvolvidas**

Várias são as estratégias educativas que vem se desenvolvendo nos mais variados ambientes escolares, sejam estes de responsabilidade do poder público ou privado. O trabalho sobre as habilidades dos discentes é uma das práticas atuais, as habilidades operatórias, por exemplo, podem ser trabalhadas desde a Educação Infantil. Antunes (2001) aborda a temática na obra “Trabalhando habilidades: Construindo Ideias”.

Antunes (2001) aponta o trabalho com habilidades, para o estímulo das inteligências, etapas mais ou menos similares às vividas por adultos que aprendem

noções de computação e o pensamento deve ser visto como algo ordenado, conjugado e dinâmico, em que o uso de diferentes habilidades cria estruturas para que sejam usadas conjuntamente.

As estratégias realizadas nas Salas de Recursos variam de acordo com cada necessidade especial. No Ensino Fundamental, por exemplo, há alunos que ainda não são alfabetizados. As propostas são envolver associação de imagens ao contexto escrito, fazer exploração sonora, desenvolvimento de habilidades motoras ou até mesmo apenas comunicacionais, dependendo da limitação de cada um.

A educação, cada vez mais complexa, exige dos profissionais da educação mais do que capacitação técnica especializada no desempenho das suas funções. Exige o domínio de uma série de capacidades pessoais e sociais que formam parte da nossa inteligência emocional e que nos ajudam a estabelecer e a construir de uma forma mais adequada nossa relação com os alunos, pais, e toda a comunidade escolar. (MARASTONI, 2014, p. 12)

Diante de toda essa complexidade apontada por Marastoni (2014), é que se faz necessária a sistematização de algumas estratégias que possibilitem o auxílio para o desenvolvimento cognitivo de modo a ajudar o aluno a sentir-se parte do todo por meio de atividades que lhes proponha desafios também, não é porque os alunos apresentam necessidades especiais que só conseguem realizar tarefas ditas fáceis.

No que concerne a questão estratégia pode-se dizer que são as ações educativas desenvolvidas pelo professor que trabalha na sala de aula regular em parceria com o professor da sala de recursos multifuncionais. A ação pedagógica se desenvolve com vistas ao desenvolvimento cognitivo do aluno conforme os avanços que este apresenta ao decorrer das propostas. Explorar a tecnologia e todos os possíveis recursos disponíveis nos ambientes escolares, sem dúvidas, contribuirá com a formação do cidadão posto em determinado ambiente.

### **3.3.3 Possíveis ações educativas e o uso de tecnologias**

A proposta nesta seção não é algo que venha a ser novo, são possíveis tentativas de atendimento educacional especializado de modo a contemplar a formação cidadã. Acreditar que é possível auxiliar os demais em seus processos de desenvolvimento cognitivo e social são pensamentos presentes na mente de todos os indivíduos atuantes no campo da educação.

Como existem várias necessidades especiais, retomando a informação que historicamente eram denominadas deficiências, no ambiente escolar, quem trabalha nas salas de recursos precisa pensar em uma série de ações que possam atender a todos. Devido às leituras foi percebido que o uso da tecnologia pode ser uma das maneiras de estimular o aprendizado, como é o caso dos autistas, por exemplo.

O conceito de tecnologia é muito amplo e este deve ser verticalizado no campo educacional para que possamos realizar uma união entre ela e o aprendizado. As tecnologias estão entrando fortemente na área educacional, atualmente há o conceito de Redes Educacionais Abertas (REA) e nestes espaços há diversos materiais que podem ser adaptados e utilizados pelos professores das Salas de Recursos Multifuncionais.

A Unesco, em documento publicado no ano de 2007, afirma que tecnologia assistiva é toda e qualquer ferramenta desenvolvida e utilizada com a finalidade de proporcionar maior independência e autonomia à pessoa com deficiência. Considera-se tecnologia assistiva os artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade. Ela permeia o campo social.

Brasil (2009) enfatiza que a finalidade da Tecnologia Assistiva é compensar, aliviar ou neutralizar a deficiência, incapacidade ou desvantagem. Para a Organização Mundial da Saúde – OMS - deficiência é considerada uma condição de ausência ou não funcionamento adequado de parte de corpo.

Como o uso de computadores é descrito nas normativas e exigências de equipamentos à disposição nas Salas de Recursos Multifuncionais é recomendável a exploração destes. Dando chancela à reflexão, Moran (2007) frisa que as tecnologias são pontes, servem para abrir a sala de aula para o mundo. Isto quer dizer uma representação do conhecimento do mundo. Leva-se em consideração as diferentes formas de representação da realidade.

O uso das tecnologias assistivas serve para a contribuição do desenvolvimento individual do educando. Os professores das Salas de Recursos desenvolvem uma série de atividades, incluindo distintos mecanismos tecnológicos, métodos e didáticas para atender todas as necessidades especiais da comunidade escolar a qual está inserido. Os profissionais aprendem a trabalhar com os aplicativos e desenvolvem as unidades partindo do interesse e necessidade especial de cada indivíduo.

O desenvolvimento desta seção permitiu refletir sobre as práticas inclusivas realizadas e a exploração bibliográfica auxiliou na compreensão de que embora existam determinações e critérios legais a prática mostra-se diferente.

As Tecnologias Assistivas estão inseridas na realidade legislativa, ou seja, há dispositivos regulamentando as ações educacionais, entretanto, é de conhecimento de boa parte da população que a Educação, infelizmente, ainda não é oferecida de forma igualitária em todo o território nacional.

Para cada aluno com a sua necessidade especial há de se fazer um atendimento personalizado. Alunos com as mesmas necessidades especiais apresentam diferentes habilidades e precisam de apoio pedagógico para poder finalizar os estudos.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da proposta de pesquisa, a intenção foi trazer à tona algumas propostas pedagógicas que apresentam, como pano de fundo, a inclusão de modo eficaz, desta forma, a análise foi justamente sobre o atendimento ofertado nas salas de recursos disponíveis nas unidades escolares. A análise sobre o papel do profissional que atua nestes locais permitiu fazer interpretações com muita riqueza teórica. Os dispositivos legais abrem um leque de ações a serem consideradas. Ficou nítido que a formação docente é processual, ele precisa estar sempre buscando as atualizações.

O debate sobre a formação docente se fez necessário para apontar o quanto é imprescindível contar com profissionais qualificados, somente desta forma é possível lutar por uma educação de fato igualitária, atendendo aos preceitos da Constituição Federal, onde diz que a Educação é um direito de todos, este deve ser assegurado.

A compreensão de termos legislativos despontou a necessidade de se fazer valer o que prescreve as leis, uma vez que muitos cidadãos estão tendo os seus direitos negligenciados. A realidade no Estado de São Paulo, como o próprio Governo Estadual faz questão de ressaltar, é incomparável com o cenário da educação inclusiva no país. Como a pesquisa foi no Estado de São Paulo houve a delimitação, entretanto, a reflexão, por tratar-se de uma produção acadêmica, é nacional, jamais “territorializada”.

Sobre o profissional que atua nas Salas de Recursos, em entrevistas informais, a pesquisadora chegou à conclusão de que a maioria deles são psicopedagogos. Professores com esta formação, conforme Bossa (2000), podem auxiliar para que todos que participam da escola entendam como e porque transformá-la em um lugar de construção de conhecimento. Também podem orientar os professores no acompanhamento do aluno com dificuldades.

Ensinar e incluir são ações possíveis e fáceis de serem desenvolvidas, desde que, haja esforço por parte de inúmeros organismos sociais. O objetivo geral da monografia fora contemplado, uma vez que houve bastante investigação bibliográfica sobre a utilização das salas de recursos para promover o ensino e a

inclusão. As reflexões referentes ao uso destes ambientes foram abordadas e pôde-se depreender de todo o trabalho que a qualificação docente deve ser algo contínuo, diante às inúmeras especificidades das necessidades especiais educacionais.

O desenvolvimento monográfico também permitiu compreender que não há currículo único de acordo com a “deficiência” que tenha laudo médico, a aprendizagem é um processo totalmente individualizado, além disso, Bossa (2000) traz as informações sobre dificuldades de aprendizagem, endossando a reflexão sobre a qualidade do atendimento nas Salas de Recursos.

A investigação foi iniciada para atender uma necessidade acadêmica e interesse pessoal, isto também foi contemplado de forma ímpar. Esta preparação teórica, para o possível exercício da função de especialista em Salas de Recursos Multifuncionais, é requisito primordial. As leituras despertaram para uma nova visão, ou seja, é preciso fazer mais do que está previsto em lei, e essa conclusão vai ao encontro da hipótese elaborada.

Não existe receita pronta, estratégia definida que funcione com todas as pessoas. As produções de Nóvoa (2002) e Mantoan (2015) foram essenciais, permitiram fazer análises ponderadas e o posicionamento de ambos foi ao encontro com as intenções da pesquisadora. A pesquisa também permitiu a compreensão de que ao explorar a tecnologia oferecida nas Salas de Recursos Multifuncionais contribui com o desenvolvimento dos alunos e a inclusão escolar e social se efetivam.

Jamais se pode dizer que estamos prontos para o fazer educacional, ainda mais em se tratando de Educação Especial, uma temática ainda mais complexa, um rio com seus afluentes, assim sendo, a preparação é importante em todos os momentos do fazer pedagógico.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo. Editora Moderna. 1996.

BOSSA, Nádya A. **Dificuldades de aprendizagem: O que são? Como tratá-las?** Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28º ed., 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL / CNE / CEB. **Resolução 4, de 2 de outubro de 2009: Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial**. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf).> Acesso em 20 de maio de 2018.

BRASIL / MEC. **Documento Orientador do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. 2012**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17430&Itemid=8](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=8)

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em 02/04/2018.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. **Metodologia do Trabalho Científico: aspectos introdutórios**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DELOU, Cristina Maria Carvalho, MAZZILLO, Ida Beatriz Costa Velho, *et al.* **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba. IESDE Brasil, 2008.

FANTINATO, Tania Mara. **Formação docente para a diversidade**. 1. ed. – Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2014

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. Dominus Editora S.A. São Paulo. 1966

GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/031120162924\\_AntonioCarlosGil\\_ComoElaborarProjetosdePesquisa\\_EditoraAtlasCopia.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/031120162924_AntonioCarlosGil_ComoElaborarProjetosdePesquisa_EditoraAtlasCopia.pdf)>. Acesso em 10/12/2017.

**Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros**. – Brasília: UNESCO, 2007

LIBÂNEO, José Carlos, e PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>>. Acesso em 05/05/2018.

MANTOAN, M<sup>a</sup> Teresa Egler. **Inclusão Escolar –O que é? Por quê? Como fazer?** 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Summus, 2015

MARASTONI, Josemary. **Múltiplas competências para os profissionais da educação**. Curitiba – PR. IESDE Brasil. 2014.

MORAN, José. **Desafios na Comunicação Pessoal**. 3<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Paulinas, 2007, Disponível em: < [http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias\\_eduacacao/midias\\_educ.pdf](http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/midias_educ.pdf)> Acesso em 22 de março de 2018.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002

**Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**/ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. – Curitiba: UTFPR, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. New York, 1975. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf). Acesso em 01/03/2017

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. São Paulo: Summus, 1984.

PRESTES, Irene Carmem Picone. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba. PR. IESDE Brasil, 2015

**Promover avanços nas diversas áreas que englobam a Educação é uma das prioridades do Governo do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes-governo/educacao/>> Acesso em: 10/04/2018.

RIBEIRO, Simone Cristina – **Curso de Libras**. Inilibras, São Paulo, SP, 2010.

**Resolução SE 68, de 12/12/2017**. Disponível em: <<https://publicadoeducacao.wordpress.com/2017/12/13/resolucao-se-68-2017-dispoe-sobre-o-atendimento-educacional-aos-alunos-publico-alvo-da-educacao-especial-na-rede-estadual-de-ensino/>> Acesso em 29/06/2018

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 4. ed. Campinas, SP, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 2. ed.- São Paulo: Cortez, 2017

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.